

NOTA HISTÓRICA

De sertão inóspito às Minas do Ouro*

O território que hoje compõe as Minas Gerais, durante o início do período colonial, fazia parte do sertão brasileiro. Este era considerado uma região sem lei, habitada por bandidos e, de acordo com as lendas da época, por monstros do folclore e por animais aterrorizantes. Posteriormente, através de seu desenvolvimento econômico, alavancou-se a ocupação territorial e deslocou-se o eixo econômico colonial do norte para o sul.

Etimologicamente, o vocábulo “sertão” remete à ideia de um local despovoado ou de terras distantes da costa. Em várias fontes, é identificado como deserto, sem a presença de elementos civilizados.

Tanto os dicionários antigos quanto os atuais registram uma oposição clara entre “costa” e “sertão”. Este aparece sempre como área interiorana, hostil, a ser desbravada, conquistada e civilizada. No passado, a costa era entendida como o oposto, o que transmitia um referencial de civilidade.

Essa classificação e denominação do sertão não se restringiam apenas a termos geográficos, mas a um lugar, dentro do imaginário social da coletividade, desprovido de civilidade, carente de valores, costumes e ordem, que, em tese, estariam presentes na costa, ocupada por europeus que deveriam civilizar essas porções de terras.

Como ambiente desconhecido, alimentou o imaginário popular, composto por lendas acerca da existência de perigos naturais, pelo temor de ataques de animais ferozes (cobras enormes, jacarés famintos) e figuras míticas, como lobisomens, sacis e outras do folclore, como ressalta Carla Anastasia¹. Além de todos esses perigos, era uma região associada à inexistência de ordem, à barbárie total e à criminalidade. O refúgio de ladrões, assassinos e de todo o tipo de escória humana, em especial o gentio selvagem, negros forros e fugidios.

Mas por que adentrar em um terreno tão inóspito, que demandava um investimento tão alto e envolvia tantos riscos?

A busca por riquezas: metais preciosos. Esse fascínio, que levou homens a arriscar suas vidas, foi alimentado por diversos fatores. Os colonos assumiam toda a despesa da empreitada de colonizar a terra, concedida pelo monarca, com o dever de ocupar e povoar seu espaço. Esses desbravadores, que ocuparam a parte sul da costa e a porção mais ao norte, não tinham

condições de investir na produção açucareira e buscavam outras formas de retorno do capital empregado. Um grande número passou a dedicar-se à agricultura e à pecuária, mas sempre acalentaram o sonho de encontrar metais preciosos. As descrições fantasiosas dessas riquezas, associadas à necessidade de retorno dos custos da colonização, impulsionaram as expedições território adentro.

Para dominar os territórios entregues à barbárie de quilombolas e índios bravios, a solução era, de fato, a ocupação: conquistar para civilizar. A posse da terra atendia ainda à questão de assegurar à Coroa porções do território não descoberto.

A primeira expedição de caráter colonizador em direção ao sertão mineiro foi realizada pelo grupo de desbravadores liderado por Francisco Bruzza de Spinosa, entre 1553 e 1554. Buscavam metais preciosos, e, apesar de não os encontrar, retornaram com valiosas informações acerca da região².

Lungfur (2011) cita as representações feitas pelo cosmógrafo João Teixeira Albernaz I, em 1627, em seu Atlas do Brasil: “[...] desenhou e nomeou uma Serra de Esmeraldas, localizada no interior da Bahia, subindo a partir da planície litorânea e estendendo-se ao sul até o rio Doce” (LUNGFUR, 2011, p. 34).

Nas últimas décadas do séc. XVII, foi encontrado ouro no território que pertenceria ao Estado de Minas Gerais, fato que provocou um dos maiores deslocamentos de pessoas no período.

Pecuária

Atendendo às demandas econômicas da colônia, as ocupações de faixas territoriais mais distantes da costa aceleraram-se. A pecuária teve papel determinante nesse processo de conquista do sertão.

A Coroa, em 1701³, proibiu a atividade pecuária a menos de dez léguas da costa atlântica, uma vez que esta área estava destinada à produção açucareira. Essa atividade assumiu caráter subsidiário à produção açucareira e foi empurrada para longe da costa e dos núcleos urbanos litorâneos. A proibição atendeu a três objetivos: manter a produção de açúcar nas terras ideais para seu cultivo e, logisticamente, melhor localizadas para o escoamento da produção; ampliar os domínios portugueses e descobrir novas riquezas.

Os criadores de bovinos, ao serem forçados a deslocar-se para longe da costa, acabaram se deslocando da região da Bahia rumo ao alto São Francisco, ocupando toda a porção norte no Estado.

* Ensaio elaborado por Andréa Vanêssa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Desembargador Lúcio Urbano, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro.

¹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

² CARTA de João de Aspícueta Navarro. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, p. 1.159-1.162.

³ LINHARES Yedda Leite. *Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa, 1995.

Além disso, formaram a estrutura de apoio que permitiu o estabelecimento dos exploradores de ouro, pois na região das minas não havia culturas e criações. Todo o enorme consumo gerado pela grande movimentação de pessoas em torno da empresa mineradora somente foi possível pela produção de alimentos e seu transporte pelos mares, além da absorção de mão de obra livre, menos valorizada, contribuindo para a fixação populacional.

Sertão: barbárie e violência

As paragens do sertão seriam o local do descontrole e de uma violência cotidiana, aonde não chegavam as leis civilizadoras da Coroa. Havia uma espécie de fronteira entre a área dominada, na qual estavam presentes valores e leis, e a outra, onde reinava a insurreição e o desregramento.

Existia nos centros urbanos, a maior parte deles localizados ao longo da costa, uma adaptação dos costumes da Corte e uma aplicação relativa de leis. Nos sertões e regiões recônditas, não havia predomínio de leis racionais, mas imperava o mandonismo de chefes locais, dotados de dinheiro e influência política, em decorrência da ausência de um poder estatal capaz de dirimir conflitos e interesses.

Isso pode ser em parte explicado pela estrutura ineficaz da administração colonial, em especial nos primórdios da conquista do território. O número de juizes e destacamentos era ínfimo frente à extensão crescente do território e do aumento da população. Outro fator que ajudava a esclarecer o panorama de violência era o fato de a conquista do sertão ter sido pautada por incursões carregadas de confrontos com o desconhecido, das muitas privações sem qualquer apoio da Coroa, que, em seguida ao estabelecimento das povoações, queria impor poderes e regras de convívio àqueles que por muito tempo se encontravam à própria sorte.

Para Adriana Romeiro⁴, na visão dos governantes, os bárbaros, incautos eram considerados criminosos, por não obedecerem às leis e às normas sociais. Os rebelados, por sua vez, teriam no Estado um referencial de violência, repressão, exploração. Ambos construíram visões negativas um do outro, gerando um ambiente de enfrentamento constante.

Dada a peculiaridade das relações desenvolvidas em ambiente tão hostil, foi criada uma imagem dos homens do sertão associada à barbárie e à violência. Nos locais mais distantes do poder central, poderes paralelos desenvolveram-se, mantidos não apenas pela coação física, mas também pela conquista de uma legitimidade baseada na execução prática da justiça.

Com o adensamento populacional, ocorreu o surgimento de novos núcleos urbanos, responsáveis

pelo comércio que sustentava a atividade mineradora. A grande movimentação de pessoas e de somas em dinheiro, decorrente da exploração mineral, permitiu que as Minas Gerais, ainda em 1720, fosse elevada à condição de capitania, desmembrada da capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Essa intensa movimentação, gerada pela extração mineral, provocou o deslocamento do eixo político e econômico da colônia, antes fixado no nordeste açucareiro, para a porção sul do território. Transformou regiões antes esquecidas pela Coroa, como Rio de Janeiro, São Paulo e a recém-povoada Minas Gerais, que passaram a ser o centro de suas atenções.

Dessa forma, o sertão, tido como lugar da barbárie, ambiente inóspito, refúgio do banditismo, transformou-se no grande propulsor da economia colonial, na região de maior produção, circulação de riquezas e concentração populacional.

Referências

AMANTINO, Márcia Sueli. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. 2001. 426 f. Tese (Doutorado em História Social do Brasil) – UFRJ, IFCS, Rio de Janeiro.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A natureza e a gênese das Minas do Sul nos livros de André João Antonil e Sebastião da Rocha Pita. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100009>. Acesso em: 19 out. 2012.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (texto da edição de 1711). 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 307-316.

CARTA de João de Aspicuelta Navarro. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1899, p. 1.159-1.162.

GODOY, Marcelo Magalhães. O gosto amargo do açúcar das Minas. Uma política tributária errática que penaliza os produtores criou empecilhos ao desenvolvimento da atividade agroaçucareira em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLVII, n. 01, p. 112-131, jan./jun. 2011.

⁴ ROMEIRO, Adriana, aula-palestra proferida no curso Sertões da América portuguesa em 05.12.2007, na FAFICH/UFMG.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro*. Lisboa/Paris, v. 34, dez.1995.

LUNGFUR, Hal. Mapeando a conquista. A cartografia do sertão mineiro durante o período de conquista revela aspectos conflitivos das políticas de colonização praticadas pela Coroa portuguesa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLVII, n. 01, p. 30-47, jan./jun. 2011.

ROMEIRO, Adriana. *Sertões da América portuguesa*. Belo Horizonte: Curso de História da FAFICH/UFMG, 2007. Aula-palestra.

SILVA, Célia Nonata. *A teia da vida: violência interpessoal nas Minas setecentistas*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, FAFICH, Belo Horizonte.

SOUZA, Laura de Mello e. *Famílias de sertanistas: expansão territorial e riqueza familiar em Minas na segunda metade do século XVIII*. 1998, p. 15-16. Mimeografado.

...